**INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 001/2020.**

Estabelece e Disciplina os procedimentos para reconhecimento, realização e controle das contribuições e aportes ao RPPS e contabilização da Licença Saúde, Salário Maternidade, Auxílio Reclusão e Salário Família, no âmbito do Poder Executivo Municipal, suas entidades da administração direta e indireta e Legislativo Municipal e dá outras providências.

A Controladoria Ineterna, no uso de suas atribuições conferidas, considerando o MCASP – Manual de contabilidade aplicada ao setor público,

RESOLVE:

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Para fins de cumprimento desta IN, considera-se:

**I – Contribuiçõers Previdenciárias**: são os valores repassados pelas entidades onde estão lotados os servidores estatutários vinculados ao RPPS;

**II – RPPS** – Regime Próprio de Previdência Social;

**III – Contribuição Segurados:** São as contribuições descontadas dos servidores estatutários vinculados so RPPS;

**III – Contribuição Patronal:** São as contribuições que a entidade (empresa) efetua ao RPPS;

**IV – Aportes** – São valores repassados pelas entidades que possuem servidores vinculados ao RPPS, para cobertura de déficit finaneiro ou atuarial;

**V – Alíquota Suplementar** – Refere-se ao aumento de alíquota que se aplica a existente.

Art. 2º Os procedimentos para assegurar a contabilização, controle e o gerenciamento das contribuições, aportes e pagamento de benefícios assistenciais de salário família e maternidade deverão ser observados de forma contínua e ininterrupta com o objetivo de assegurar as informações contábeis.

**CAPITULO II**

**OBRIGATORIEDADE**

Art. 3º Os procedimentos dispostos nesta Instrução Normativa deverão ser atendidos na sua integralidade, exigidos para os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal e do Legislativo Municipal.

**CAPÍTULO III**

**CRITÉRIOS**

Art. 4º O controle e contabilização das informações deverão ser ser efetuados pelo executivo municipal e suas entidades da administração direta e indireta e Legislativo Municipal, pelo profissional contábil responsável através das informações repassadas pelos departamentos de recursos humanos das diversas entidades do município, que serão:

I – Resumo por Competência da Folha de Pagamento que deverá constar valores por eventos (proventos e descontos), valor total das contribuições Patronais, valor total das contribuições dos Segurados, Valor total das deduções separados por Salário Família e Maternidade, valor separado da alíquota suplementar;

II – Aviso de Crédito das contribuições depositadas ao RPPS, discriminando individualmente os valores do Segurado, Patronal, Parcelamentos, Aliquotas Suplmentar e Aportes para cobertura de déficits Finaneiros e Atuariais;

III – Arquivo no layout oficial definido pela Caixa Federal, constando as contribuições previdenciárias de todos os servidores estatutários, para atualização do sistema previdênciario.

IV – Disponibilizar Folha de Pagamento constando todos os funcionários estatutários, discrimidados por proventos, descontos individuais, quando solicitado pelo RPPS;

V – Informações e comprovantes de dependes para Salário Fámilia e comprovações de Salário Maternidade;:

VI – Demais informações relativas ao Recursos Humanos da entidade que influenciam ao RPPS.

Art. 5º As informações apresentadas pelos Recursos Humanos devem guardar conformidade com as informações das Folhas de Pagamentos pagas aos servidores estatutátrios.

**CAPÍTULO IV**

**COMPETÊNCIAS OU RESPONSABILIDADE**

Art. 6ª A responsabilidade pelas Informações ao RPPS, serão da diretoroa de Recursos Humanos de cada entidade, não necessitando de solicitação formal quanto aos itens I a III do artigo 4º, que deverão ser repassadas até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior a competência da Folha, podendo ser envido de forma eletrônica.

Art. 7º As informações quando aos itens IV a VI do artigo 4º, deverão ser entregues no prazo de 15 (quinze dias), mediante solicitação formal.

Parágrafo Único- será notificada a secretaria de administração, no caso de não cumpridas pela diretoria de Recursos Humanos das entidades do poder executivo e/ou ao Diretor Administrativo da Câmara Municipal, no caso do Poder Legislativo.

Art. 8º Caberá ao setor de contabilidade do RPPS efetuar os lançamentos contabeis das informações prestadas pelos recursos humanos das entidades.

Art. 9º Caberá ao Superintendente do RPPS efetuar a alimentação do sistema previdenciário, importando o arquivo disponibilizado pelos recusrsos humanos das entidades.

**CAPITULO V**

**PROCEDIMENTOS**

Art. 10º O Setor de Recursos Humanos de todas as entidades, gerará as informações, em todas as comeptências, e encaminhará ao RPPS, até o quinto dia útil do mês subsequente.

Art. 11º O Setor Contábil de todas as entidades, inclusive o RPPS, efetuará os lançamentos necessários baseados no ANEXO I e ANEXO II da preente Instrução Normativa.

**CAPITULO VI**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Art. 12º Ao final de cada exercício, o contador do RPPS efetuará um levantamento dos valores empenhados em todas as entidades e confrontará com os valores a recolher do ativo circulante e não circulante, para detectar algum valor não empenhado ou não recolhido, devendo notificar o superintendente do RPPS, para providências.

Parágrafo único. A Prestação de Contas e que trata esta instrução normativa, limita-se a conformidade contábil, cabendo as gestores e controladores das entidades, tomarem as decisões administrativas, inclusive abertura de processos, para apurar responsabilidades.

**CAPITULO VII**

**DO DANO**

Art. 13 O não cumprimento desta IN, sem a devida justificativa, os responsáveis deverão ser notificados e responsabilizados administrativamente.

Parágrafo único. Em caso de dificuldade de colher as informações mensais junto ao Recusrsos Humanos de cada entidade envolvida, deverá ser registrado formalmente pela superintendência do RPPS, com cópia para a Controladoria Interna, para que tomem conhecimento e tomem medidas administrativas necessárias.

**CAPITULO VIII**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 14 Fica instituída os ANEXO I e ANEXO II as regras báscias para auxílio dos lançamentos contábeis, para cumprimento do MCASP.

Art. 15 Essa instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Cacoal, 01 de outubro de 2018.

Prefeito Municipal

Secretário de Fazenda.

Controladoria Geral do Município.

Secretarios, Superintendentes e Diretores das Entidades

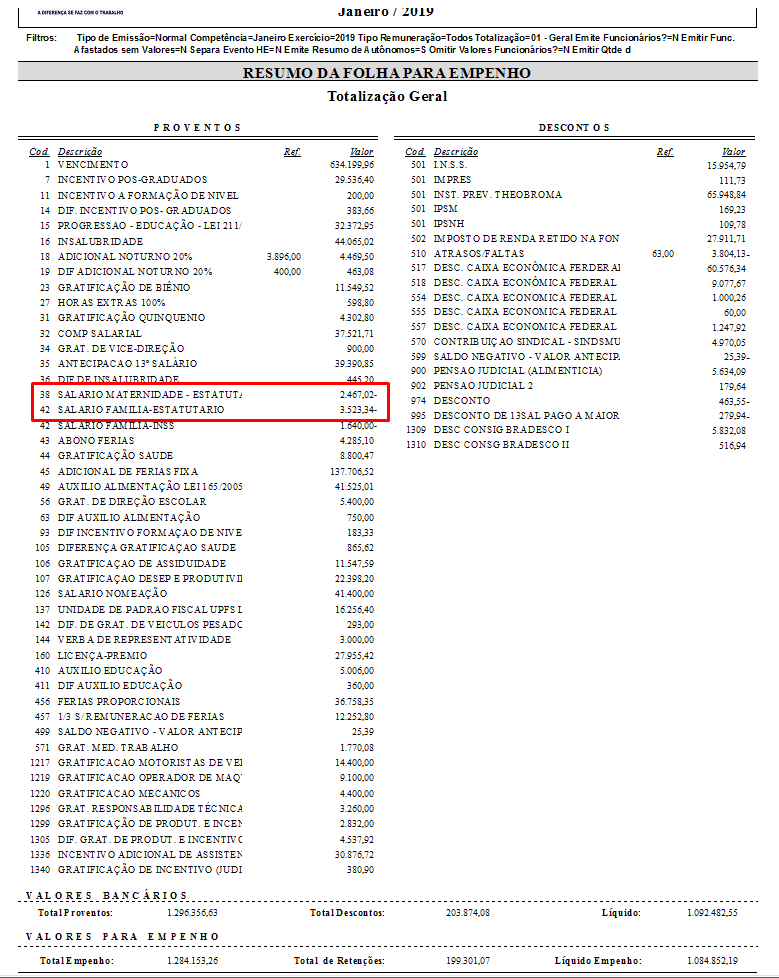
Diretores de RH

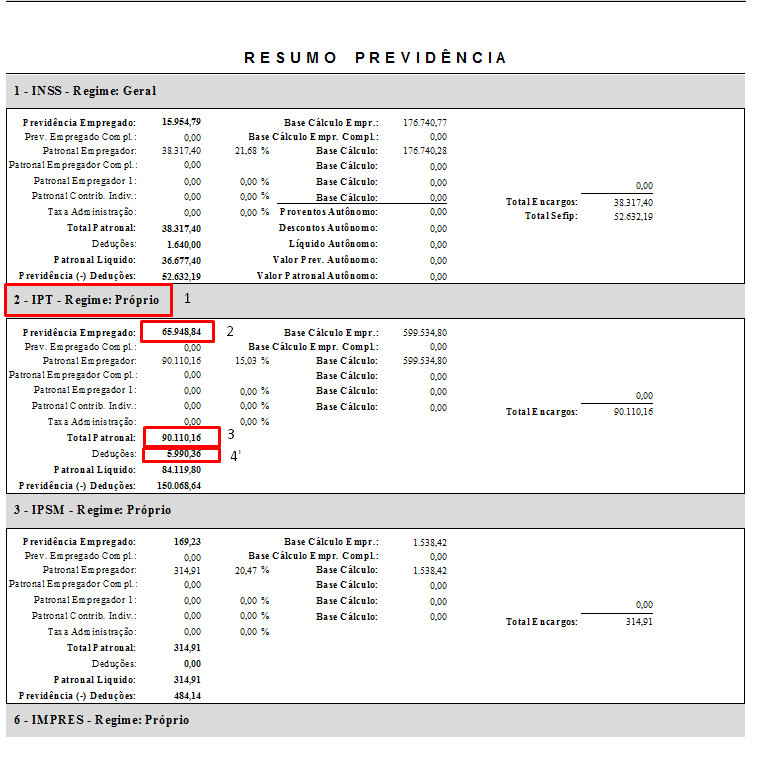
**ANEXO I**

**RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – RPPS**

**PREVIAMENTE RECONHECIDAS – MENSALMENTE - PELA COMPETÊNCIA**

***Toda a realização da receita do RPPS deverá ser efetuada como PREVIAMENTE RECONHECIA, portanto deveremos reconhecer mensalmente as receitas a serem recolhidas pelos entes, pela competência de suas Folhas de Pagamento, conforme prevê o MCASP 7ª edição, no item 4.3 – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.***





***Pelo resumo da Folha, das contribuições do RPPS – Item 1 da imagem acima – IPT – Regime Próprio.***

***Mensalmente, pela competência das folhas, de todos os entes municipais, que contribuem com o RPPS.***

***DAS CONTRIBUIÇÕES***

1. Das contribuições – Segurado – Item 2 – Previdência Empregado – R$ 65.948,84

Receitas de segurados 1.2.1.8.??.?

**Evento 60-570 do Sistema Contábil**

D 1.1.2.1.1.05.99 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER (P)

C 4.2.1.1.1.02.01 CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS (P)

1. Das contribuições – Patronal – Item 3 – Total Patronal – R$ 90.110,16

Pelas receitas Patronais 7.2.1.8.??.?

**Evento 60-570 do Sistema Contábil**

D 1.1.2.1.1.05.99 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER (P)

C 4.2.1.1.2.01.01 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS (P)

***APOSENTADORIAS E PENSÕES POR MORTES.***

1. As despesas previdenciárias se limitarão as aposentadorias e as pensões por morte.
2. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade não devem ser pagos à conta do RPPS, ficando a cargo do Tesouro dos entes federativos, passando agora a ser considerado como um benefício estatutário e não mais previdenciário, integrando a remuneração para todos os fins, com relação ao salário-família e o auxílio-reclusão, entendemos que a sua natureza é de benefício assistencial a ser concedido a servidores de baixa renda, inclusive quando aposentados, não integrando a remuneração destes, estando a cargo do ente federativo o seu pagamento.

***AFASTAMENTOS POR INCAPICADE TEMPORÁRIA, SALÁRIO MATERNIDADE, SALÁRIO FAMÍLIA E AUXÍLIO RECLUSÃO.***

1. Dos valores do Salário Família e Maternidade, Auxílio Reclusão e afastamentos por incapacidade temporária.
2. Os valores deverão ser empenhados nas entidades de origem do servidor estatutário e pagos com recursos do tesouro dos entes federativos, não podendo ser bancados pelo RPPS, conforme prevê Art. 9º, §§ 2º e 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019.
3. Baseado na Nota Técnica SEI nº 193/2020/ME, expedido pelo ministério da economia, fica instituído os elementos de despesa e desdobramentos que serão utilizados para as despesas abaixo:

* 3.1.90.11.50.00 – Salário Maternidade
* 3.1.90.11.52.00 – Licença Saúde
* 3.3.90.08.53.00 – Auxílio-Reclusão
* 3.3.90.08.56.00 – Salário Família

**OBS: As entidades deverão ajustar seus Orçamentos, para que possamos apontar corretamente os elementos de despesas e seus desdobramentos, para que a integração contábil Folha x Contabilidade funcine corretamente.**

***DA DíVIDA ATIVA PREVIDENCIÁRIA***

1. No dia da assinatura do parcelamento – Valores do CADPREV – **Para o caso de dívida previamente reconhecia.**

**Evento 60-571 do Sistema Contábil**

D 1.2.1.1.1.04.02 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS

C 1.1.2.1.1.05.99 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER (P)

1. No dia da assinatura do parcelamento – Valores do CADPREV – **Caso ainda não esteja previamente reconhecida.**

**Evento 60-572 do Sistema Contábil**

D 1.2.1.1.1.04.02 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS

C 4.2.1.1.2.01.01 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS (P)

1. No dia da assinatura do parcelamento – Valores do CADPREV – **Dos encargos calculados no CADPREV, para atualização da dívida que não foram previamente reconhecidas.**

**Evento 60-572 do Sistema Contábil**

D 1.2.1.1.1.04.02 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS

C 4.4.2.9.1 OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - CONSOLIDAÇÃO

1. Todo início do Ano, pelas parcelas que deverão ser pagas no exercício, transferir do Não Circulante para o Circulante. O valor deverá coincidir com o empenho da despesa das entidades devedoras no elemento de despesa 469071 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO e 329021 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
2. **Evento 60-571 do Sistema Contábil**

D 1.1.2.1.1.71 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS (P)

D 1.2.1.1.1.04.02 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS

1. Reversão para o não circulante – Caso as entidades devedoras anularem seus empenhos e não pagarem todas as parcelas contratuais, deverá ser efetuada a reversão para o Não circulante, no final de cada exercício.

**Evento 60-555 do Sistema Contábil**

D 1.2.1.1.1.04.02 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS

C 1.1.2.1.1.71 CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS (P)

OBS: No final de cada exercício o RPPS deverá efetuar pesquisa junto as entidades que contribuem e confrontar a dívida ativa com suas dívidas passivas.

**FINAL DO EXERCÍCIO**

Ao final do exercício os contadores da Prefeitura e do RPPS, deverão efetuar as seguintes confrontações de saldo.

1. **DÍVIDA FLUTUANTE** - Conferência da dívida flutuante das entidades (prefeitura, Fundos, Autarquias e Legislativo) com o ativo a curto prazo do RPPS.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Instituto de Previdência – RPPS | | |
| Conta | Descrição | Valor |
| 1.1.2.1.1.05.99. | OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER | 200.000,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | | |
| Tipo | Fornecedor | Valor |
| Restos a Pagar Prefeitura Municipal | Instituo de Previdência de Rondônia | 50.000,00 |
| Restos a Pagar FMS | Instituo de Previdência de Rondônia | 10.000,00 |
| Restos a Pagar SAAE | Instituo de Previdência de Rondônia | 10.000,00 |
| Restos a Pagar Câmara Municipal | Instituo de Previdência de Rondônia | 5.000,00 |
| Prefeitura Consignações - 2.1.8.8.1.01.01 | RPPS-Retenções sobre vencimentos e vantagens | 25.000,00 |
| FMS Consignações - 2.1.8.8.1.01.01 | RPPS-Retenções sobre vencimentos e vantagens | 50.000,00 |
| SAAE Consignações - 2.1.8.8.1.01.01 | RPPS-Retenções sobre vencimentos e vantagens | 25.000,00 |
| Câmara Consignações - 2.1.8.8.1.01.01 | RPPS-Retenções sobre vencimentos e vantagens | 25.000,00 |
| **Total** | | 200.000,00 |

1. **DÍVIDA FUNDADA** - Conferência da dívida fundada (Parcelamentos) das entidades (prefeitura, Fundos, Autarquias e Legislativo) com o ativo a longo prazo do RPPS.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Instituto de Previdência – RPPS | | |
| Conta | Descrição | Valor |
| 1.2.1.1.1.04.02 | CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS | 5.000.000,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | | |
| Tipo | Fornecedor | Valor |
| Prefeitura Consignações - 2.2.1.4.1.99. | OUTROS ENCARGOS SOCIAIS | 4.000.000,00 |
| FMS Consignações - 2.2.1.4.1.99. | OUTROS ENCARGOS SOCIAIS | 400.000,00 |
| SAAE Consignações - 2.2.1.4.1.99. | OUTROS ENCARGOS SOCIAIS | 50.000,00 |
| Câmara Consignações - 2.2.1.4.1.99. | OUTROS ENCARGOS SOCIAIS | 50.000,00 |
| **Total** | | 5.000.000,00 |

ANEXO II

**Aportes para cobrir Déficit Financeiro e Atuarial**

Contabilização das despesas no ente pagador, deverão ser efetuadas conforme abaixo:

a) Alíquota suplementar – Será contabilizada na despesa abaixo, **considerada como despesas de pessoal**.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 3.1.9.1.13.99.01.00.00 | A | AMORTIZAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALÍQUOTA SUPLEMENTAR | REGISTRA O VALOR DAS DESPESAS REALIZADAS COM A AMORTIZAÇÃO MENSAL DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS FEITA SOB A FORMA DE AMORTIZAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALÍQUOTA SUPLEMENTAR |

b) Aporte para cobertura de Déficit Atuarial – Será contabilizada na despesa abaixo, **NÃO será considerada como despesa de pessoal**.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 3.3.9.1.97.00.00.00.00 | A | AMORITZAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - APORTE PERIÓDICO | DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS COM APORTES PERIÓDICOS DESTINADOS À COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, CONFORME PLANO DE AMORTIZAÇÃO ESTABELECIDO EM LEI DO RESPECTIVO ENTE FEDERATIVO, EXCETO AS DECORRENTES DE ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR. |

**Por ocasião do empenho, apontar os vinculo corretamente, conforme a situação requer:**

3681 RO - RPPS - PLANO PREVIDENCIÁRIO - DEFICIT FINANCEIRO - DESPESA PREVIDENCIÁRIA

3682 RO - RPPS - PLANO PREVIDENCIÁRIO - DEFICIT ATUARIAL

O Manual de contabilidade aplicado ao setor público prevê que o aporte financeiro, somente para cobrir insuficiência financeira, poderá ser efetuado sem o empenhamento da despesa, conforme o evento abaixo, que deverá ser criado nas entidades:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **APORTE FINANCEIRO DO ENTE AO RPPS** | | | | | | |
| **60** | **585** | **APORTE FINANCEIRO DO ENTE AO RPPS** | | | |
| DÉBITO | | | CRÉDITO | | |
| 2112206 | | APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO A PAGAR | \*C | | CONTA BANCÁRIA |
| 8211101 | | RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO | 8211301 | | COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO |
| 3513201 | | PLANO FINANCEIRO | 2112206 | | APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO A PAGAR |
| 8211301 | | COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO | 82114 | | DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **RECEBIMENTO DO APORTE FINANCEIRO NO RPPS** | | | | | | |
| **60** | **586** | **RECEBIMENTO DO APORTE FINANCEIRO NO RPPS** | | | |
| DÉBITO | | | CRÉDITO | | |
| D\* | | CONTA BANCÁRIA | 4513201 | | PLANO FINANCEIRO |
| 72111 | | RECURSOS ORDINÁRIOS | 8211101 | | RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO |

As receitas no RPPS serão únicas para o caso de alíquota suplementar e aporte para cobertura de déficit atuarial, conforme abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| 1.9.9.0.01.1.1  1.9.9.0.01.1.2 | Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS – Principal  Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS – Multas e Juros |